



## COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

### **Posicionamento do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) sobre a Política Nacional de Educação Especial com base na argumentação do Grupo de Trabalho Temático (GTT) Inclusão e Diferença.**

09/10/2020

*A Diretoria Nacional do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte apoia e divulga abaixo o Manifesto do GTT Inclusão e Diferença sobre a Política nacional de Educação Especial. Nosso posicionamento tem como alicerce a ciência e o compromisso ético com a vida.*

O Comitê Científico do Grupo de Trabalho Temático Inclusão e Diferença, do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, vêm, por meio deste, manifestar seu posicionamento em relação ao DECRETO Nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

Somos um grupo de trabalho que está atento ao desenvolvimento, garantia e manutenção dos direitos das pessoas com deficiência, especialmente no tocante aos direitos à educação, ao esporte e ao lazer. Compreendemos que o espaço educativo que vem sendo construído no âmbito das escolas regulares de ensino, pautado num modelo social, tem se mostrado um avanço em relação a políticas precedentes que não atentavam para este fato. Um espaço profícuo para que o aluno com deficiência viva a escola, tenha ingresso a um ensino qualificado, vivencie o lazer e acesse um rol de práticas corporais como parte do patrimônio cultural humano, sendo, ainda, fundamental para a oportunidade de sentir e viver a diferença.

Ao retomar a ênfase em instituições que não são objetos de uma escola plural e inclusiva o texto que institui a Política Nacional de Educação Especial Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, retrocede nos processos de políticas públicas na busca de uma escola plural, digna e acessível a todos.



Temos trabalhado, pesquisado e desenvolvido ações que qualificam as políticas inclusivas existentes, no sentido de avançar na garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Contudo, o texto, ao reforçar um processo de escolha entre escolas regulares e instituições especializadas, pode promover, na prática, a exclusão e a volta em massa de estudantes com deficiência às instituições especializadas, ao mesmo tempo em que se deixará de investir na acessibilidade e adequações de escolas regulares para que se contemple a todos, o que consideramos um retrocesso que está atrelado a uma situação política brasileira, a qual mostra um momento de grande discriminação e de revogação de direitos de grupos minoritários, dentro de uma obsessão pela diferença que provoca eventos de exclusão e expulsão de diferentes marcações identitárias dos mais variados contextos.

Outro ponto que destacamos é o termo “Aprendizado ao Longo da Vida”, pouco esclarecido no decreto, o que pode gerar interpretações distintas. Como será essa educação ao longo da vida? Em quais instituições? Públicas ou privadas? Com quais objetivos? Sem esclarecimentos, e com o reforço das instituições especializadas, o texto parece retomar uma perspectiva assistencialista na educação especial.

Também consideramos importante destacar, que esse decreto claramente alinha as políticas de educação especial às políticas de educação neoliberal a partir do controle gerado pelas avaliações em larga escala citadas no decreto. Uma política a favor da privatização, da educação conteudista, da meritocracia, das metas estabelecidas pelo setor econômico e perda da autonomia do professorado. Mais um texto alinhado ao desmonte da educação pública, digna, laica e de qualidade como podemos destacar, como exemplos anteriores, a reforma do ensino médio e a base nacional comum curricular.

É importante considerar que as políticas implementadas pelo atual governo remetem a fenômenos sociais, culturais e históricos que, no campo acadêmico, já produziram diferentes pesquisas que problematizaram sobre as consequências de tomar a norma instituída na Modernidade como um fator de exclusão de outras possibilidades e modos de ser e agir. Por trás dessa ação estão as políticas de exclusão, separação, classificação, marcadoras identitárias que fixam identidades, que no limite, encontram maneiras de expulsá-los da possibilidade de viver, que despotencializam a diferença.



Esta racionalidade, que acompanhou os séculos XVIII, XIX e ultrapassou a metade do século XX, foi colocada em problematização a partir do que veio a ser entendido como a pós-modernidade, modernidade líquida, modernidade tardia. Juntamente com os movimentos dos direitos humanos, pesquisas com orientação epistemológica crítica, pós-crítica, pós-estruturalista, percebeu-se o quanto se avançou quando pensava sobre as políticas voltadas às pessoas com deficiência, sobre as questões de raça/etnia, sobre o tema do gênero e sobre questões de classe social. No âmbito mais específico das pessoas com deficiência, durante muito tempo as escolas especiais, classes especiais, no campo educacional, falavam sobre como trabalhar com o outro “diferente” e, a partir dos anos 1980, ocorreu um deslocamento que se seguiu para a década seguinte com as políticas de inclusão. Para além do bem ou do mal, o que se percebeu é que se estava olhando de outra forma para os desafios do presente quando se trata da educação, lazer e trabalho para as pessoas com deficiência. Mais do que uma ruptura, encontraram-se condições de possibilidades para que outras discursividades fossem produzidas, para que outros enunciados carregassem as suas produções de sentidos. Estas discursividades, enunciados e produções de sentidos estão presentes de diferentes modos no GTT 8 – Inclusão e Diferença, do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.

Portanto, este GTT se sente convocado a se posicionar de forma contundente quando recebemos do Ministério da Educação uma reformulação das Políticas de Inclusão sem uma discussão ampla e democrática com os pesquisadores, entidades científicas, e movimentos sociais das pessoas com deficiência. A inclusão pressupõe dar voz a todos e o atual decreto não condiz com as políticas de educação inclusiva em prol de uma escola pública democrática, laica, digna, plural a todos e todas.

**Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.**

**09 de outubro de 2020.**